

São Pedro Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
São Pedro Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da São Pedro Energia S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às informações financeiras intermediárias, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão citados na referida nota explicativa. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
ATIVOS CIRCULANTES				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	1.149	1	Fornecedores		28	41
Aplicações financeiras	4 (b)	3.377	1.904	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		16	150
Contas a receber de clientes		4.816	3.238	Impostos e contribuições a recolher		274	193
Impostos a recuperar		380	291	Provisão para férias e 13º salário		274	159
Despesas antecipadas	5	9	1.398	Receita diferida	9	816	9.115
Outros ativos circulantes		339	10	Provisões para compromissos futuros	10	50	379
Total dos ativos circulantes		10.070	6.842	Dividendos a pagar	8 e 11 (c)	15.851	18.399
				Outros passivos		-	1
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				Total dos passivos circulantes		17.309	28.437
Impostos e contribuições diferidas	14	43	623				
Depósitos judiciais		45	45	PASSIVO NAO CIRCULANTE			
Imobilizado	6	103.414	105.491	Provisões para compromissos futuros	10	1.075	703
Intangível	7	1.174	723	Provisões para riscos		14	14
Total dos ativos não circulantes		104.676	106.882	Total dos passivos não circulantes		1.089	717
				TOTAL DOS PASSIVOS		18.398	29.154
				PATRIMONIO LIQUIDO			
				Capital social	11 (a)	63.380	63.380
				Reservas de lucros		32.968	21.190
						96.348	84.570
TOTAL DOS ATIVOS		114.746	113.724	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.746	113.724

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/20	30/06/19
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	12	29.689	19.070
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Taxas setoriais		(46)	(46)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(257)	(180)
Custos com pessoal		(515)	(436)
Custos com operação		(82)	(69)
Custos com manutenção		(416)	(252)
Outros custos		(1)	(2)
Custo com meio ambiente		(7)	(11)
Custo com seguros		(94)	(88)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	5	(1.306)	(968)
Custos com depreciação e amortização	6 e 7	(1.759)	(1.713)
		(4.483)	(3.765)
LUCRO BRUTO		25.206	15.305
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(624)	(522)
Despesas administrativas e gerais		(63)	(71)
Outras despesas operacionais		(34)	(63)
		(721)	(656)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		24.485	14.649
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	13	(15)	(40)
Receitas financeiras	13	42	235
		27	195
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		24.512	14.844
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	14	(685)	(516)
Diferido	14	(266)	(161)
		(951)	(677)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		23.561	14.167
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,64	0,38
Quantidade média ponderada de ações		36.963.973	36.963.973

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	23.561	14.167
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>23.561</u>	<u>14.167</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		63.380	8.079	18.327	-	89.786
Dividendos adicionais aprovados (R\$ por ação 0,50)	11 (c)	-	-	(18.327)	-	(18.327)
Lucro líquido do período		-	-	-	14.167	14.167
Dividendos propostos (R\$ 0,36 por ação)	11 (d)	-	-	13.459	(13.459)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		<u>63.380</u>	<u>8.079</u>	<u>13.459</u>	<u>708</u>	<u>85.626</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		63.380	9.407	11.783	-	84.570
Dividendos adicionais aprovados (R\$ por ação 0,32)	11 (c)	-	-	(11.783)	-	(11.783)
Lucro líquido do período		-	-	-	23.561	23.561
Dividendos propostos (R\$ 0,42 por ação)	11 (d)	-	-	23.561	(23.561)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>63.380</u>	<u>9.407</u>	<u>23.561</u>	<u>-</u>	<u>96.348</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/20	30/06/19
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		24.512	14.844
Ajustes para conciliar o resultado às			
disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	13	-	(1)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	13	(42)	-
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13	9	34
Depreciação e amortização	6 e 7	1.759	1.713
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	5	1.306	968
Constituição do ajuste MRE e garantia física		(7.868)	1.899
Apropriação de receita diferida		(762)	(7.130)
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		315	191
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.578)	1.622
Impostos a recuperar		(89)	38
Despesas antecipadas		83	80
Outros ativos		2	7
Fornecedores		(6)	45
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(134)	(22)
Impostos e contribuições a recolher		(417)	(366)
Provisão de férias e 13º salário		115	112
Pagamento compromissos futuros	10	(89)	(173)
Outros passivos		-	(46)
Caixa gerado nas operações		17.116	13.815
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(188)	(108)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16.928	13.707
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Resgate de aplicações financeiras de ativos vinculados		(1.431)	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(18)	(187)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.449)	(187)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	11 (c)	(14.331)	(17.766)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(14.331)	(17.766)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.148	(4.246)
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1	6.204
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.149	1.958
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.148	(4.246)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO PEDRO ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto indicado quando de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Pedro Energia S.A. ("Companhia" ou "São Pedro") é uma subsidiária direta da PCHPAR Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 604/2003 e nº 296/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo, com capacidade de licença instalada de 30 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 22 km de extensão.

A energia gerada está integralmente contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009.

Em 16 de junho de 2009, através do Despacho ANEEL nº 2.195, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, ambas com potência instalada de 15 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 MW e energia anual assegurada de 18,41 MW médios. O término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação, energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2020, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativo, no montante de R\$7.239 (R\$21.595 em 31 de dezembro de 2019). No entanto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere a dividendos a pagar aos acionistas da Companhia e a Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Essas informações financeiras intermediárias individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgadas em 04 de março de 2020.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a Eletrobrás emitiu comunicado informando os descontos referentes aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") no montante de R\$1.566. Os valores estão sendo descontados do faturamento da Companhia em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2020.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico (RRH)

O governo sancionou a Lei 13.203/2015 e a ANEEL a Resolução Normativa 684/2015 que tratam da RRH de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à RRH fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$12,45/MWh (data-base de janeiro de 2020) até o final dos contratos de venda de energia.

O montante da exposição ao contrato repactuado, líquido do prêmio na data-base de 31 de dezembro de 2019, era de R\$1.306. Este montante foi reconhecido no ativo como despesa paga antecipada e foi apropriado, de forma linear, ao resultado na rubrica "Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)" até junho de 2020.

A partir de julho de 2020, a Eletrobrás irá nos descontar o valor do prêmio de repactuação mensalmente, no momento do pagamento da primeira parcela da fatura de seu respectivo vencimento.

1.3. Garantia física

Em 23 de junho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009. O Ministério Minas e Energia ("MME") restabeleceu, por meio da Portaria 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas a Companhia.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo a Companhia, onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física "automática", conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que a mesma promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada.

Diante das decisões judiciais favoráveis conforme descrita acima, a Companhia, em junho de 2020, solicitou aos seus assessores jurídicos parecer específico sobre a ação judicial em curso, considerando também as jurisprudências recentes sobre o tema. Com base na análise efetuada pela Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos sobre as ações judiciais para questionar o procedimento automático de revisão extraordinária de garantia física na portaria MME 463/2009, a Companhia concluiu que os valores anteriormente reconhecidos como receita diferida deveriam ser apropriados ao resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em contrapartida da rubrica "receita líquida", no montante de R\$8.549, uma vez que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente foram atingidos.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Sociedade compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	<u>28</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28</u>
	<u>28</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28</u>

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Bancos	1.149	1
	<u>1.149</u>	<u>1</u>

b) Aplicações financeiras

	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	3.377	1.904
	<u>3.377</u>	<u>1.904</u>

- (i) Referem-se as aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e Banco Itaú Unibanco e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 61,47% a 96,30% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

5. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão registradas as despesas pagas antecipadamente.

	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Prêmio de seguros (a)	9	92
Prêmio de repactuação risco hidrológico (b)	-	1.306
Total	<u>9</u>	<u>1.398</u>

- a) Refere-se a prêmio de seguros pagos por contratação de apólice de seguros e são reconhecidos no exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.
- b) Refere-se ao valor de repactuação do risco hidrológico já descontado da Eletrobrás descontado de janeiro a junho de 2020.

6. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	542	-	542	542
Turbina hidráulica	2,50%	13.900	(3.718)	10.182	10.355
Conduto forçado	3,13%	2.917	(868)	2.049	2.094
Gerador	3,33%	6.016	(2.114)	3.902	4.003
Comporta	3,33%	1.199	(368)	831	851
Subestação unitária	3,57%	2.170	(856)	1.314	1.353
Estrutura de tensão	3,57%	3.257	(1.178)	2.079	2.137
Casa de força produção hidráulica	2,00%	44.787	(9.684)	35.103	35.551
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	54.919	(12.143)	42.776	43.843
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	7.094	(2.556)	4.538	4.664
Imobilizado em curso	-	98	-	98	98
		<u>136.899</u>	<u>(33.485)</u>	<u>103.414</u>	<u>105.491</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos da Lei 12.783/2013 e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

b) Movimentação do imobilizado

06/2020

<u>Custo</u>	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
Direitos sobre imóveis				
de terceiros e terrenos	542	-	-	542
Turbina Hidráulica	13.900	-	-	13.900
Condutor forçado	2.917	-	-	2.917
Gerador	6.016	-	-	6.016
Comporta	1.199	-	-	1.199
Subestação unitária	2.170	-	-	2.170
Estrutura de tensão	3.257	-	-	3.257
Casa de força produção hidráulica	44.787	-	-	44.787
Reservatório, barragem, adutora	55.437	-	(518)	54.919
Outras máquinas e equipamentos	7.092	2	-	7.094
Imobilizado em curso	98	-	-	98
	<u>134.715</u>	<u>2</u>	<u>(518)</u>	<u>136.899</u>
(-) Depreciação:				
Turbina Hidráulica	(3.545)	(173)	-	(3.718)
Conduto forçado	(823)	(45)	-	(868)
Gerador	(2.013)	(101)	-	(2.114)
Comporta	(348)	(20)	-	(368)
Subestação unitária	(817)	(39)	-	(856)
Estrutura de tensão	(1.120)	(58)	-	(1.178)
Casa de força produção hidráulica	(9.236)	(448)	-	(9.684)
Reservatório, barragem, adutora	(11.594)	(549)	-	(12.143)
Outras máquinas e equipamentos	(2.428)	(128)	-	(2.556)
	<u>(31.924)</u>	<u>(1.561)</u>	<u>-</u>	<u>(33.485)</u>
Imobilizado líquido	<u>105.491</u>	<u>(1.559)</u>	<u>(518)</u>	<u>103.414</u>

06/2019

<u>Custo</u>	<u>31/12/18</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/19</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	542	-	-	542
Turbina Hidráulica	13.848	24	-	13.872
Conduto forçado	2.710	96	-	2.806
Gerador	6.007	2	-	6.009
Comporta	1.144	55	-	1.199
Subestação unitária	2.705	-	-	2.705
Estrutura de tensão	3.257	-	-	3.257
Casa de força produção hidráulica	44.690	-	(2)	44.688
Reservatório, barragem, adutora	55.370	-	(10)	55.360
Outras máquinas e equipamentos	7.064	11	-	7.075
	<u>137.337</u>	<u>188</u>	<u>(12)</u>	<u>137.513</u>
(-) Depreciação:				
Turbina Hidráulica	(3.198)	(173)	-	(3.371)
Conduto forçado	(735)	(43)	-	(778)
Gerador	(1.813)	(100)	-	(1.913)
Comporta	(309)	(19)	-	(328)
Subestação unitária	(928)	(48)	-	(976)
Estrutura de tensão	(1.004)	(58)	-	(1.062)
Casa de força produção hidráulica	(8.342)	(447)	-	(8.789)
Reservatório, barragem, adutora	(10.494)	(550)	-	(11.044)
Outras máquinas e equipamentos	(2.188)	(127)	-	(2.315)
	<u>(29.011)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>-</u>	<u>(30.576)</u>
Imobilizado líquido	<u>108.326</u>	<u>(1.377)</u>	<u>(12)</u>	<u>106.937</u>

7. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Servidões	-	245	245
Software	20%	117	108
Medidas compensatórias	20%	1.781	1.142
Indenização de terras	-	41	40
Legalização de terras	-	53	53
Amortização acumulada		<u>(1.063)</u>	<u>(865)</u>
		<u>1.174</u>	<u>723</u>

b) Movimentação do intangível

06/2020

<u>Custo</u>	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
Servidões	245	-	-	245
Software	108	9	-	117
Medidas compensatórias	1.142	639	-	1.781
Indenização de terras	40	1	-	41
Legalização de terras	53	-	-	53
	<u>1.588</u>	<u>649</u>	<u>-</u>	<u>2.237</u>
(-) Amortização:				
Software	(70)	(7)	-	(77)
Medidas compensatórias	(795)	(191)	-	(986)
	<u>(865)</u>	<u>(198)</u>	<u>-</u>	<u>(1.063)</u>
Intangível líquido	<u>723</u>	<u>451</u>	<u>-</u>	<u>1.174</u>

06/2019

<u>Custo</u>	<u>31/12/18</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/19</u>
Servidões	245	-	-	245
Software	99	-	-	99
Medidas compensatórias	776	-	(3)	773
Indenização de terras	38	1	-	39
Legalização de terras	4	53	-	57
	<u>1.162</u>	<u>54</u>	<u>(3)</u>	<u>1.213</u>
(-) Amortização:				
Software	(59)	(5)	-	(64)
Medidas compensatórias	(509)	(143)	-	(652)
	<u>(568)</u>	<u>(148)</u>	<u>-</u>	<u>(716)</u>
Intangível líquido	<u>594</u>	<u>(94)</u>	<u>(3)</u>	<u>497</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
<u>Passivo circulante - Fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A. (i)	5	28
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	15.851	18.399

- (i) Refere-se à gastos com serviços comuns entre as empresas, os quais são reembolsados através de notas de débito.

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2020 a remuneração da administração foi de R\$7 (R\$3 em 30 de junho de 2019).

9. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Exposição ao MRE (a)	816	1.521
Garantia física (b)	-	7.594
Total	<u>816</u>	<u>9.115</u>

b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/19</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/20</u>
Exposição ao MRE 2019 (a)	1.521	58	-	(762)	816
Garantia física (b)	7.594	955	(8.549)	-	-
Total	<u>9.115</u>	<u>1.013</u>	<u>(8.549)</u>	<u>(762)</u>	<u>816</u>

(a) Exposição ao MRE- 2020 - Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

(b) Garantia física - Vide nota explicativa nº 1.2 para maiores detalhes.

10. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/19</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>30/06/20</u>
Compromissos socioambientais (a)	610	-	(518)	-	8	100
Provisão para medidas compensatórias (b)	379	639	-	(89)	2	931
Provisão para legalização de terras (c)	53	-	-	-	-	53
Provisão para indenizações de terras (d)	40	1	-	-	-	41
Total	<u>1.082</u>	<u>640</u>	<u>(518)</u>	<u>(89)</u>	<u>10</u>	<u>1.125</u>
Passivo circulante	379					50
Passivo não circulante	703					1.075

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - Quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê área total a ser reflorestada pela Companhia. Para cumprir as exigências a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 59,33 hectares. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - A licença de operação da Companhia foi obtida junto a SUPRAM/MG em 27 de dezembro de 2007, com prazo de 04 anos, sendo posteriormente prorrogado por prazo indeterminado até que o Órgão Ambiental conclua a análise do processo de renovação. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras - A Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.

- (d) Provisão para indenização de terras - Para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$63.380 e está representado por 36.963.973 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 10 de março de 2020 foi aprovado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.064
Dividendos distribuídos	18.327
Dividendos pagos	(17.766)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>15.625</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.399
Dividendos distribuídos	11.783
Dividendos pagos	(14.331)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>15.851</u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$23.561 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2020 (R\$13.459 em 30 de junho de 2019), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

12. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	22.184	21.691
Ajustes:		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	1.036	(1.015)
Revisão de Garantia física	7.594	(884)
	<u>30.814</u>	<u>19.792</u>

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(810)	(793)
PIS e COFINS diferido	(315)	69
	<u>(1.125)</u>	<u>(722)</u>
Receita líquida de vendas	<u>29.689</u>	<u>19.070</u>

13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesas financeiras:		
Atualização Financeira sobre compromissos futuros	(9)	(34)
Outras despesas financeiras	(5)	(6)
	<u>(14)</u>	<u>(40)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa	41	234
Atualizações depósito judicial	-	1
	<u>41</u>	<u>235</u>
	<u>27</u>	<u>(195)</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>30/06/20</u>		<u>30/06/19</u>	
	<u>IRPJ (*)</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ (*)</u>	<u>CSLL</u>
Receita corrente	22.184	22.184	21.691	21.691
Receita diferida	8.630	8.630	(1.899)	(1.899)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	42	42	234	234
Outras receitas financeiras	-	-	1	1
Base de cálculo	<u>2.507</u>	<u>3.740</u>	<u>1.818</u>	<u>2.610</u>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	627	336	455	234
Diferença de alíquota (*)	<u>(12)</u>		<u>(12)</u>	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>615</u>	<u>336</u>	<u>443</u>	<u>234</u>
Correntes	(442)	(243)	(338)	(178)
Diferidos	(173)	(93)	(105)	(56)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
PIS/COFINS diferidos	23	338
IRPJ/CSLL diferidos	20	285
	<u>43</u>	<u>623</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.149	1
Aplicações Financeiras	3.377	1.904
Contas a receber	4.816	3.238
Depósitos judiciais	45	45
Outros ativos	8	10
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	28	41

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do período, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (3,75%) de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tal taxa foi estressada em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

<u>Operação</u>	<u>Exposição 30/06/2020</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicação financeira	3.377	Diminuição do CDI	Resultado	<u>127</u>	<u>95</u>	<u>63</u>

16. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2020, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$8.018 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2021, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2020, com vigência até 27 de junho de 2021, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$191.322, lucros cessantes no montante de R\$46.993, linha transmissão - R\$7.670 e Barragens - R\$66.474.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros da Companhia não foi revisada pelos auditores independentes.

17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>
Adição de compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	640	54
Reversão de compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	518	14
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	7	-

18. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 31 de julho de 2020.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Diretor

Contador

Maria de Lourdes Moraes de Aguiar
CRC MG - 078189/O-5